

PIERRE LÉVÊQUE

# O MUNDO HELLENÍSTICO

Título original: *Le monde hellénistique*

© Armand Colin

Tradutor: Teresa Meneses

Capa de Edições 70

e Jorge Machado Dias

Ilustração da capa: NIKE (Vitória) DE SAMOTRÁCIA cerca de 190 a. C.

Todos os direitos reservados para a língua portuguesa  
por Edições 70, Lda., Lisboa — PORTUGAL

EDIÇÕES 70, LDA. — Av. Duque de Ávila, 69-r/c Esq. — 1000 LISBOA

Telefs. 5783 65/55 6898/572001

Telegramas: SETENTA

Telex: 64489 TEXTOS P

Esta obra está protegida pela Lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à Lei dos Direitos de Autor, será passível  
de procedimento judicial.

  
edições 70

Av. Ventura - mar 2014

## ADVERTÊNCIA

*Esta obra é uma reedição da última parte de Aventura Grega (publicada na coleção «Destins du Monde»\*), revista e aumentada. Não quero deixar de agradecer vivamente, pelos desmoldamentos que me forneceram, a Jacques Amequin (hermetismo e magia), a Pierre Cabanes (Egitto) e a Françoise Dunand (Istis).*

## Introdução

ALEXANDRE MAGNO  
(336-323)

Em 336, quando o pai morre, Alexandre tem vinte anos. Aos treze anos o pai colocou-o sob a alçada de Aristóteles. A criança ouve com paixão um mestre que sabe tudo. Lê Píndaro, Heródoto, Eurípides. Adquire assim uma cultura profundamente helénica e um gosto pelas coisas do espírito de que jamais se afastará. Aos dezasseis anos, durante uma expedição de Filipe confia-lhe a regência, e ele começa a iniciar-se nos negócios. De momento indisposto com o pai, reconcilia-se com ele e, como filho mais velho, é naturalmente proclamado rei pelo exército quando Filipe é apunhalado por Pausânias. Começa então um reinado de doze anos e meio que irá mudar a face da Hélade e do mundo oriental.

### *Um herói providencial*

Em Alexandre unem-se, constituindo um todo único, a prudência e a inspiração, a reflexão e a intuição. Gosta-se de explicar esta natureza excepcional pela dupla hereditariedade de Filipe, o realista, e de Olímpias, a mística. A mãe, uma mulher violenta com uma sensibilidade desenfreada e que se entregava ao frenesim dos ritos dionisíacos, pertencia à família real dos Molossos, os Eácidas, que diziam ser descendentes de Pirro, filho de Aquiles, e que possuíam a impetuosidade e o arrebatamento do herói «com coração de leão», que a piedade de comentadores eruditos lhes tinha dado como antepassado. Há em Alexandre acessos incontrolláveis de cólera e de entusiasmo, como haverá noutros Eácidas, Pirro e Filipe V.

Para um adolescente generoso, não é uma herança medíocre o crer-se descendente de Hércules pelo lado do pai, de Aquiles e de

\* Na edição portuguesa — *A Aventura Grega*, Coleção Rumos do Mundo, Edições Cosmos, 1967 Lisboa — Rio de Janeiro.

Pítamo, pelo lado da mãe. Apaixonado por tradições míticas, ele sente ferver dentro de si o sangue dos heróis, seus antepassados. Mas é ainda muito pouco para ele o saber-se descendente, de longe, de Zeus, pai de Héracles. Num século obcecado pelo sobrenatural, o passo que fará dele um deus é dado rapidamente. Esta convicção que já traz dentro de si, vai ser corroborada pela visita ao oráculo de Amon em Siwah. No santo dos santos, recebe dos deuses a dupla resposta que esperava: Amon proclama-o seu filho e promete-lhe o império universal. Que Alexandre tenha dado um sentido demasiado literal à expressão «filho de Amon», corrente nos títulos faraônicos, pouco importa. O que conta, é essa certeza exaltante — que de agora em diante será sua — que não é apenas um rei numa certa linhagem, mas o filho querido da divindade, logo, ele próprio é deus.

Porque se cret um super-homem, Alexandre comporta-se como um super-homem. Neste ponto, bem infiel às lições de Aristóteles, que proclamava que a moderação é a única salvaguarda das monarquias, ele é habitado por um génio de desmedida. G. Radet habituou-nos à visão de um Alexandre místico, que se exalta com o pensamento de imitar a valentia generosa de Aquiles. F. Schachermeyr mostra-o mais romântico, mais demoníaco: um Tifá apocalíptico, em que coabitam a luz e a sombra, filantropo e assassino, benfeitor da humanidade e tirano sanguinário. Qualquer uma destas imagens é verdadeira: no fundo da sua consciência, existe o sentimento profundo das disparidades que o separam dos maiores entre os mortais. Compreende-se, sem que por isso se desculpe, a loucura assassina que se apodera dele, quando o seu irmão de leite, Cléitos, no fim de um banquete, cita para o irritar os versos de Eurípidés: «Os que se julgam superiores ao povo e que não são nada...». Visto que ele não provém da natureza humana, nada poderia pará-lo, nem a medida a que os Gregos chamam sabedoria e que ele considera mediocridade, nem a moral tradicional. Nada lhe é interdito, porque tudo lhe é pedido. Mas as manchas incontestáveis que ensombream a sua vida são pouco importantes ao lado desse entusiasmo, desse impulso criador, tão violentos e tão impetuosos nele que, de boa fé, mesmo sem as exortações interessadas dos sacerdotes de Siwah, de Delfos ou de Górdion, ele conseguiu considerá-los divinos.

#### *A visão do Império Universal*

Desde o princípio do seu reinado, Alexandre ataca com prontidão e energia. Liquida os pretendentes e guerreira nos Balcãs.

<sup>1</sup> Andrómaca, 693 sq.

A Grécia agita-se e Demóstenes troça do «jovenzinho» que reina em Pela. Mas, uma campanha fulminante põe fim a todas as esperanças que a morte de Filipe tinha criado e, para mostrar a sua implacável resolução, arrasa Tebas, que lhe resistiu, com excepção dos templos e da casa de Píndaro, mas, tal como o pai, mostra-se generoso para com Atenas. Depois, tendo mobilizado o exército macedónico e os contingentes da liga helénica, parte para a Ásia menos de dois anos depois da sua subida ao trono (fig. 10, pp. 210).

Na nossa opinião, não se tem insistido o suficiente neste primeiro acto de que tudo vai depender, e que é representado pela sua partida para a Ásia. Em seguida, tudo se encadeia com uma lógica bastante simples: as facilidades dos primeiros sucessos, o desmoronamento da monarquia persa, decididamente tão pobre como o proclamavam, desde há um meio século os panfletários, a necessidade de consolidar o adquirido, as tentações exaltantes de um Oriente sempre mais longínquo justificam o desenvolvimento metódico de uma conquista desmedida. Mas, se o «plano inclinado da vitória», de que se falou relativamente a um outro génio conquistador, explica bastante bem a longa marcha triunfal que fez dele o senhor do mundo, o rival de Dionísio, o fundador do maior Império que a terra jamais conheceu, porque razão foi ele pisar o solo da Ásia?

Os historiadores apresentaram muitas exegeses da partida de Alexandre. Uns vêem-no preocupado em subtrair aos Bárbaros os Gregos da Anatólia e em vingar os males sofridos durante as Guerras Médicas; outros vêem-no desejoso de propagar no Oriente a civilização helénica. Outros, mais realistas, consideram que tomou a peito o continuar a obra paterna, o não abandonar o exército de 10 000 homens que Filipe tinha enviado para a Ásia sob as ordens de Parménio e que estava em vias de ser empurrado para o mar, e também cimentar a união precária do reino da Macedónia e da liga de Corinto.

É certo que nenhuma destas razões deve ser negligenciada. Mas, existe igualmente o desejo de fazer reviver as recordações da *Ilíada* através de uma aliança da Europa contra a Ásia. O pensamento de Xerxes também o habita: tal como ele, sacrifica em Tróia a Atena e aos heróis; como ele, lança do seu navio uma taça de ouro para o mar, a Poséidon. O filho de Dario tinha pedido a Hélios que lhe concedesse que nenhum obstáculo o impedisse de atingir os limites da Europa. Alexandre quer ser o anti-Xerxes e o seu programa inicial não tem menos amplitude. O seu primeiro acto em solo da Ásia é cravar aí a sua lança, para fazer dela uma «terra conquistada à ponta da lança». Parece-nos, portanto, que desde o início da sua expedição é habitado pelo sonho, ou melhor,

pelo projecto da monarchia universal. O Oriente cairá sob os seus golpes, porque ele traz em si o irresistivel impulso de um deus.

#### A EPOPEIA ASIÁTICA E AFRICANA

O exercito dos sátrapas espera-o no baixo vale do Granico, apoiado pelos mercenarios gregos de Memnon de Rodes. Elle desfá-lo, tomando ele próprio o comando de uma carga furiosa da cavallaria macedónia. Dentro de alguns meses quase toda a Asia Menor é dele, apodera-se de Sardes, depois, de Eféso, que assim que ele se aproxima se revolta contra o Grande Rei, e toma de assalto Milero. Em Górdion, corta com a sua espada o nó inextricável do carro de Górdias, presságio da conquista total da Asia.

Conquistada a Anatolia, penetra na Siria, onde desfaz completamente o Grande Rei em pessoa, em Issos (333). É o próprio Dario quem dá o sinal da derrota e deixa entre as mãos do vencedor a mãe, a esposa e as bagagens. O Rei quer negociar e oferece um resgate pelos seus, Alexandre responde-lhe, com altivez, que primeiro se submeta.

O Macedonio quer então quebrar o poder maritimo da Pérsia. As cidades fenicias estão divididas. Apenas Tiro ousa resistir-lhe, é tomada depois de um cerco de sete meses e tratada com extremo rigor, sendo arrasada e todos os seus habitantes vendidos. Apodera-se de Gaza e passa para o Egipto, onde é acolhido como libertador. Põe a dupla coroa em Méfis, vai solicitar a investidura divina do oráculo de Sivah e funda Alexandria.

Na Primavera de 331, deixa o Egipto para o encontro decisivo com o Grande Rei. Dario espera-o perto de Arbela, em Gaugamela, num terreno favorável aos seus carros de guerra, onde dispõe, para além disso, de superioridade numerica, mas é de novo esmagado. As capitais caem uma a seguir à outra: Babilão, onde Alexandre oferece o sacrificio real a Marduk para se fazer reconhecer «rei das quatro partes do mundo», Susa, onde recupera para o enviar aos Atenienses, o grupo dos Tiranoctonos, roubado por Xerxes, Persépolis, onde ele perde a cabeça a ponto de entregar a cidade ao furor da soldadesca e ao incêndio, e Echátana, Senhor do Ião, persegue Dario, que é massacrado por Besso, o sátrapa de Bactriana. Faz-lhe funerais solenes, entendendo, assim, proclamar-se o herdeiro dos Aqueménidas.

É-o a ponto de não se permitir parar na sua marcha triunfal até ter conquistado as satrapias orientais, sobre as quais se tinha estendido outrora a autoridade do Grande Rei. Com uma prodigiosa maleabilidade, adapta-se às novas condições em países misteriosos onde a resistencia nacional está viva e onde nem tudo se resolve

com batalhas campais. Uma a uma, a Hircânia, a Pártia, a Ária e a Aracósia caem nas suas mãos. O Hindo-Kuch não o detém e passa para a Bactriana e para a Sogdiana, fixando em Iaxartes a fronteira do seu Império. Depois destas conquistas difficeis, passa o Inverno em Bactros, onde Bessos, por causa do seu regicídio, é punido com a morte.

Mas, um novo sonho o habita. Se a India não resistiu a Dioniso, porque razão haverá ella de lhe resistir? Estabelece uma aliança com o *rajá* de Taxila, que deseja submeter o seu velho inimigo Poros. Derrota Poros nas margens do Hydaspes (hoje Jhelum) e, de um salto, heil-o no Hifásio (hoje Bias). Mas aí, os soldados, fatigados por tão prodigiosa façanha, recusam-se a segui-lo. Antes de voltar para trás, louvando os deuses olimpicos, ergue doze altares que rodeiam uma columna de bronze com a seguinte inscriçáo: «Aqui parou Alexandre».

Descendo o Hydaspes e o Indo, divide, para o regresso, as suas tropas em três fracções. Cartero parte para a Aracósia; Alexandre fica com a tarefa mais diffici, atravessando o horrivel deserto de Gedrosia; Nearco volta por mar, contornando o litoral. Juntam-se todos na Carnânia, a partir de onde Alexandre alcança as velhas capitais, Susa, Echátana e Babilónia.

As possessões herdadas de seu pai, o reino da Macedónia e a hegemonia da liga helénica, Alexandre acrescentou tanto ou talvez mais do que o império aqueménida na época da sua expansão máxima, no reinado de Dario I. Nenhum conquistador reuniu sob o seu domínio tantas provincias, nem levou as suas armas até tão longe da pátria. Para explicar estes sucessos não basta invocar a força militar da jovem Macedónia, a bravura dos soldados gregos, a decomposiçáo da monarchia aqueménida, a fraqueza e a cobardia de Dario Codoman. Aliás, ficamos estupefactos com a modicidade dos contingentes que permitiram a Alexandre conquistar o mundo, talvez 40 000 homens ao desembarque, 120 000 na India, 80 000 aquando da sua morte. Mas, presente em toda a parte, infatigável, carregando à cabeça da sua cavallaria tal como está representado no mosaico da batalha de Arbela, Alexandre anima o exercito com o seu ardor enquanto o dirige com a ciência do estratega mais seguro. De resto, este intrépido cavalleiro, este temível manejador de homens, este capitão grande entre os maiores, mostra-se o mais genial dos organizadores.

#### A caminho da unificação do mundo

O Império repousa num homem dotado de um prodigioso poder de trabalho e secundado por alguns intimos, tais como o

chanceler Eumenes e o quiliarca Hefestion. O autoritarismo tradicional na monarquia macedónia reforçou-se no contacto com o Oriente, pois Alexandre pretende ser considerado como o sucessor dos Aqueménidas. O cerimonial real foi introduzido na corte, onde, estranhamente, o Grego é vizinho do Bárbaro, e o harém dos filósofos e dos artistas.

O principal sustentáculo do Império é o exército; este transforma-se profundamente com o avanço das expedições que faziam desaparecer o elemento inicial, macedónio e grego, e obrigavam a alistar cada vez mais orientais. As despesas militares juntamente com os honorários dos funcionários, com as grandes obras públicas e com o fausto da corte fazem pressupor imensos recursos. Alexandre, que retira pouco do seu reino da Macedónia e nada totalidade das satrapias tinha o seu próprio sistema de impostos, predial ou pessoal, de corveias, de alfândegas. Usa sobre tudo largamente os tesouros acumulados nos palácios aqueménidas.

A mesma elasticidade se encontra na administração regional. A unidade continua a ser a satrapia, excepto no extremo Leste onde cria grandes comandos militares. Originalmente os sátrapas são orientais, à excepção dos da Ásia Menor e dos da Síria, mas, depresso os substitui por macedónios ou por gregos. Agora, elas apenas exercem o poder civil, estando a autoridade militar confiada a um estratego que depende unicamente do rei. Nos lugares médios e subalternos deixa os indígenas, que são os únicos que conhecem as línguas e as tradições. Assim, tem a sabedoria de não querer unificar um Império polimorfo e de manter em cada região a administração a que ela estava habituada.

Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não communga do ideal pan-helénico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. E como conseguir melhor esta fusão serão multiplicando os casamentos mistos? O rei dá o exemplo: casa com Roxana, filha de um nobre de Sogdiana, depois com três princesas persas. Num só dia, no regresso da Índia, a maior parte dos seus generais e 10 000 soldados unem-se com indígenas numa esplêndida cerimónia (as bodas de Susa). Paralelamente, manda educar à maneira grega 30 000 crianças iranianas.

Mas, ele parece ser sensível ao perigo de abastardamento que tal política encerra. Mesmo coberto pelos ornamentos reais dos Grandes Reis, o discípulo de Aristóteles continua fiel ao helenismo. Na sua opinião, a maneira mais segura de assegurar a helenização do Oriente é fundar novas cidades, que de um extremo

ao outro do Império usam orgulhosamente o seu nome: essas Alexandrias, trinta e quatro no máximo, correspondem simultaneamente a necessidades militares, administrativas e económicas. Naturalmente dotadas de instituições tiradas da *polis* grega, de facto, elas estão submetidas à autoridade de um governador. No decorrer dos séculos a sua influência foi considerável, apesar de nem todas terem conhecido a glória de Alexandria do Egipto, chamada a tornar-se numa das mais belas cidades do mundo.

Se a urbanização e a helenização seguem, muito naturalmente, a par, Alexandre conhece outras maneiras de difundir a incomparável cultura dos Gregos. Manda aprender o grego o mais largamente possível à sua volta. Chama artistas gregos, tais como Lisipo ou Apelles, para celebrar a sua glória. Institui, com grande prazer, diante dos Bárbaros mostras musicais ou gímnicas à maneira dos gregos. Não cessa de honrar as divindades gregas. Mas é suficientemente liberal e generoso para admitir as crenças de cada um. Traz da Índia um velho bôthane, Galano, a quem autoriza libertar-se da vida queimando-se na pira. Tolerou os usos religiosos de cada região, aliás, sendo deste modo fiel à tradição aqueménida, e gasta imenso para restaurar o templo de Marduk em Babilónia ou o de Amon em Karnak.

De resto, este príncipe, cujo interesse apaixonado pelas coisas do espírito é justamente louvado, é demasiado realista para não ver que as mudanças são a garantia mais segura da unificação progressiva do Império. Trocas de espécies animais ou vegetais entre regiões afastadas, são a prefiguração das seleções da época helénica. Trocas humanas sobretudo, graças às estradas, canais, portos, lagos, barcos que ele constrói ou reconstrói. Além disso, uma intuição genial leva-o a impor no Império uma moeda única, as moedas macedónicas, de padrão ático, substituem na Ásia os dárlicos, mais pesados.

#### *A instituição do culto real*

Na Grécia a transcendência dos deuses é limitada: heróis, especialmente os fundadores de cidades, recebem um culto; além disso, onde ainda subsiste, a realeza conserva algo do sagrado das suas origens. Por outro lado, o Oriente desde há milénios que dá o exemplo de monarquias teocráticas, em que o rei é considerado como o próprio rei (Egipto) ou como o vigário do deus (Mesopotâmia). E nesta atmosfera complexa que Alexandre vai fundar o culto real.

As primeiras tentativas para reforçar o poder de um homem pela força imensa do sobrenatural são anteriores a ele. Clearco instaurou em Heracleia do Ponto uma tirania greco-bárbara. Pro-

clama-se filho de Zeus, faz-se rodear de um cerimonial litúrgico, exige dos seus súbditos a proscinse (genulexão). Filipe II vai mais longe, durante uma procissão manda carregar a sua estátua a seguir às dos doze deuses; encomenda a Leocaras um grupo criselafantino representando-o com os seus, e conta oferecê-lo para adoração na rotunda (*tholos*) de Olimpia, verdadeiro monumento de um culto heróico.

Mas está reservado a Alexandre o dar ao culto real o seu pleno desenvolvimento. Espírito naturalmente místico, impregnado da missão divina, adquire no oráculo de Siva a certeza de ser filho de Amon. A partir daí tudo vai reforçar a sua convicção íntima: os sucessos raiosos, as façanhas de bravura louca nos campos de batalha, a marcha épica até às margens do Indo que faz lembrar a conquistista da Índia por Dioniso. Como é que ele não haveria de se considerar um deus, ele que recou os limites do possível e esgotou todos os triunfos? Mas, espírito não menos realista, vê as vantagens que pode retirar da sua divindade: o culto do soberano, deus vivo e epifânico, é o único capaz de fornecer a sua indispensável unidade a um Império desmedido, para além da diversidade das terras, dos povos, das religiões.

Portanto, ele adopta o cerimonial quase divino dos Aqueménidas. Entretanto manifestam-se já resistências entre os Gregos, que não podem admitir a apoteose de um homem ainda vivo e se indignam ao ver que são obrigados à proscinse, cuja verdadeira natureza na corte do Grande Rei eles desconhecem: acto de fidelidade muito mais do que de adoração. Então, Alexandre enfurece-se e ataca: Cleitos é levado à morte; Calistenes, o próprio sobrinho do seu mestre Aristóteles, é lançado na prisão. Pouco a pouco as oposições vão enfraquecendo. Atenas venera-o como o Novo Dioniso. Em 324 as cidades gregas encarreram em Babilónia os teores — os embaixadores que se enviam aos deuses — de o coroarem de ouro. O culto real está fundado, como base mais segura da autocracia, herdada simultaneamente das especulações do pensamento grego e das tradições monárquicas do Oriente.

#### A morte de Tiá

Prestes a deixar Babilónia, Alexandre morre bruscamente, depois de alguns dias de agonia (323). Correram rumores vergonhosos sobre vários dos seus familiares, mas não seria natural que a malária tivesse levado tão depressa esse corpo esgotado, pelas orgias, pelas cavalgadas, pelas vigílias estudiosas e cheio de cicatrizes?

Doze anos e meio de reinado. É fácil fazer deste um balanço negativo: violências inúteis, excessos de um rei abandonado às

delicias da *hbris*, incompreensão dos gregos preocupados com a proscinse e mais ainda com a fusão das raças à qual teriam preferido a dura sujeição do vencido, desmedida geográfica de um Império que não sobreviverá ao seu criador. Mas, o que são estas taras inegáveis ao lado de todas as novidades que ele traz: concepção de uma monarquia autocrática, dominação grega do Egipto e da Ásia, urbanização das satrapias longínquas, interpenetração das civilizações helénica e oriental. Alexandre conquista o mundo levando consigo uma *Ilíada* anotada pelo seu mestre Aristóteles, mas este herói de epopeia é também um inovador genial, repudiando a distinção entre o Grego e o Bárbaro, base do helénismo clássico, em proveito do ideal generoso de unidade da humanidade. Não há prova mais evidente de que Plutarco falou verdade e que, em certos momentos, os grandes homens conduzem a história. Compreende-se a admiração de um Pirro ou de um César por um herói que, sem ter ainda feito trinta e três anos, morre tendo criado um mundo novo.

## Capítulo II

### O MUNDO DA CONQUISTA: A EXPLORAÇÃO DOS REINOS

Os sucessores de Alexandre encontram-se perante um problema que já tinha sido o seu: organizar a vida económica e social nos reinos onde tradicionalmente ela era regulamentada pela autoridade real. Dedicam-se a essa tarefa com a preocupação constante — que se trata da mais elementar das sabedorias — de não perturbar demasiado a ordem anteriormente estabelecida. Mas as condições novas — desenvolvimento de uma burguesia capitalista de origem grega e, no Egipto, introdução da moeda — determinam transformações profundas, especialmente visíveis nas cidades. A sobreposição de uma classe de conquistadores a uma massa de indígenas vencidos (mas, a maior parte dos quais habituados há muito a dominações estrangeiras) dá ao mundo helenístico a sua fâcies particular e faz dele, frequentemente, a prefiguração do Império Romano.

#### A urbanização

A civilização arcaica e clássica tinha coincidido com o desenvolvimento da *pólis* e era nos grandes centros urbanos, tais como Mileto, Corinto, Atenas, Siracusa, que se tinha desenvolvido a civilização grega. Alexandre tinha mostrado bem ser o herdeiro da tradição, ao semear o Império que acabava de conquistar com numerosas Alexandrias, destinadas a helenizar o Oriente e a realizar essa fusão de raças que ele considerava necessária.

Os seus sucessores seguem inequivocamente a sua política que não deixará de inspirar também a de Roma: os Selêucidas fundam nos seus Estados inúmeras cidades novas; os Atálidas, numa Ásia Menor urbanizada desde há muito tempo, fundam, no entanto,

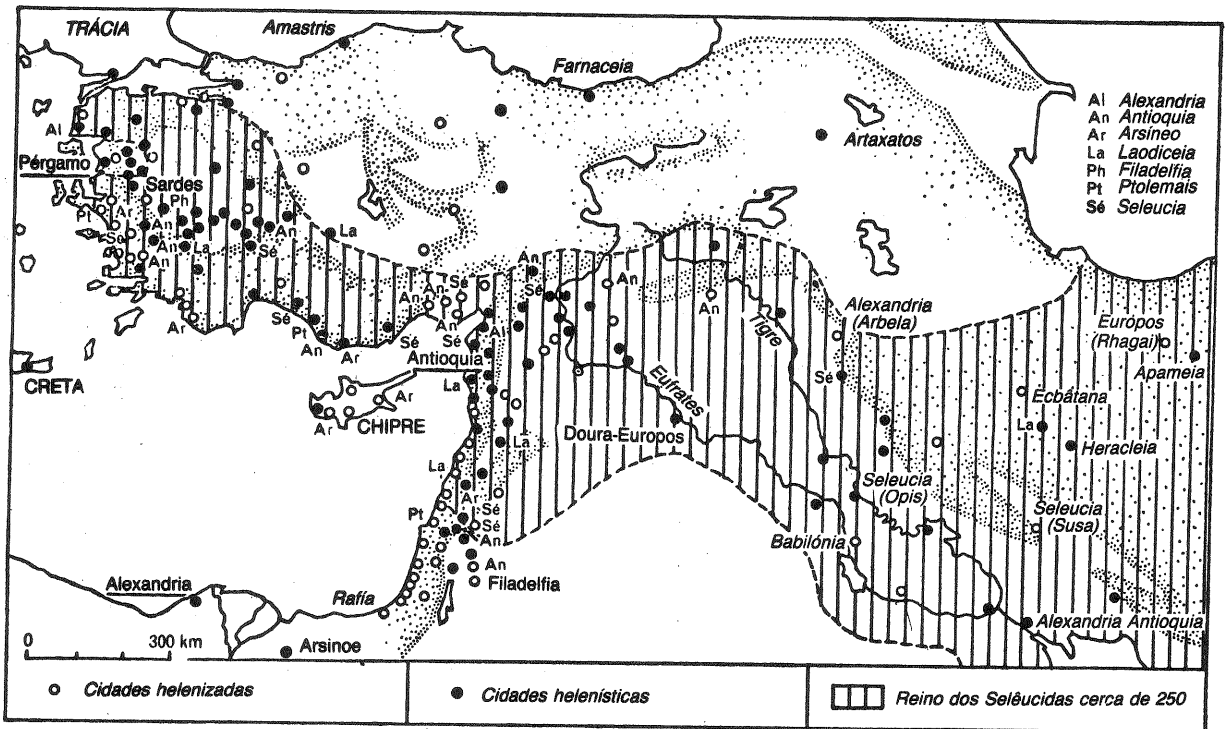


Fig. 4. — Urbanização do Oriente e criações dinásticas

Pérgamo, para terem uma capital capaz de rivalizar com as grandes metrópoles do Oriente<sup>1</sup>; o Egípcio dos Lágidas continua puramente rural, mas Alexandria, criação de Alexandre, conhece um prodigioso desenvolvimento que faz dela a cidade mais importante do mundo helenístico (fig. 4).

#### As criações dos Selêucidas

Seleuco I, por si só, funda cerca de sessenta cidades, entre as quais 16 Antioquias (com o nome de seu pai) e 9 Seleucias. As criações multiplicam-se no reinado de Antíoco I, mas tornam-se mais raras nos reinados dos seus sucessores até Antíoco IV Epifânese, sob o qual recrudescem com esplendor. Aliás, não nos devemos deixar ludir pela palavra «fundação» que não implica necessariamente uma criação *ex nihilo*, mas que esconde por vezes um sinecismo de aldeias, ou a elevação de uma aldeola indígena à dignidade de cidade, ou mesmo uma simples mudança de nome.

Estas cidades são verdadeiras *poleis*, no sentido grego do termo, com um território, uma autonomia municipal, especialmente em matéria judiciária e financeira, e com magistrados. É certo que já não representam Estados independentes como na época clássica, estão, a maior parte das vezes, estreitamente submetidas à vigilância de um governador (epístates) e, por vezes, têm de receber uma guarnição. O rei, aliás, concede-lhes diferentes mostras de filantropia, participando com o seu próprio dinheiro na construção dos edifícios públicos, socorrendo-as em caso de catástrofe, concedendo-lhes privilégios que aumentam a sua independência, tais como o direito de asilo ou a inviolabilidade.

Os objectivos desta urbanização são bastante diversos. As cidades favorecem o desenvolvimento económico, que cresce, na mesma proporção, a fortuna do rei. Elas permitem a implantação de tropas, que guardam os grandes eixos de circulação e as posições estratégicas: o caso é nítido na Ásia Menor, disputada encarniçadamente aos Atálidas, onde as instalações de clercos sob a forma de pequenos agrupamentos urbanos (*politismata*) são em grande número. Elas diminuem as resistências indígenas, fragmentando as antigas satrapias entre as cidades. Chegou mesmo a pensar-se que os soberanos encontram aí um hábil meio de satisfazerem

1 Outras regiões são helenizadas na Anatólia sob o impulso dos Atálidas, especialmente a Panfília (planície entre o Tauros e a costa meridional), terra rica em realizações urbanas que, tal como Pérgamo, «representam um valor monumental, um aumento das proporções, uma composição arquitectural que não se encontram em qualquer outro lugar» (R. Martin). Pérgo, por exemplo, possui magníficas muralhas helenísticas.



os gostos tradicionais dos seus súbditos gregos, poupando-se ao peso de uma administração como a que os Lágidas têm de utilizar no seu reino puramente rural. Enfin, não esquecem completamente o pensamento de Alexandre, se não se trata mais de proceder à fusão das raças, pelo menos sonham com a helenização do Oriente, com o duplo fim de melhor dominarem os indígenas assimilando-os e de expandirem a civilização grega, considerada superior e a única digna do homem.

Os resultados desta política são desiguais. Os Seléucidas criam dificuldades a si próprios, pois as cidades são turbulentas, segundo a grande tradição grega, e registam-se, por exemplo, várias revoltas de Antioquia. É verdade que o sistema persa das satrapias não era muito mais favorável a um poder central forte. Por outro lado, limitam os seus rendimentos, tirando terras do rei para doarem territórios às cidades, enquanto os impostos directos ou indirectos por elas pagos rendem menos do que a exploração do solo pelos camponeses do rei. Mas, para além dos benefícios militares e económicos, a urbanização é, politicamente, uma medida hábil, pois é inconcebível que ela favoreça a difusão do helenismo<sup>2</sup>. Enquanto os Lágidas se comportam com demasiada frequência como capitalistas, preocupados unicamente em aumentarem os seus rendimentos, os Seléucidas conduzem-se como reis, não negligenciando os interesses superiores do seu reino.

#### DOURA E ANTIOQUIA

As cidades seléucidas são construídas segundo o mesmo modelo e segundo as regras estritas do urbanismo hipodâmico<sup>3</sup>. São construções feitas à pressa, que só raramente dão uma impressão de monumentalidade e de beleza.

<sup>2</sup> A difusão do direito grego até no Irão seléucida é notável. Foram encontradas cartas de alforria segundo os usos gregos na região de Gorgan (no canto sudeste do mar Cáspio, na Hircânia) e em Seléucia de Eulaios (Susã): são dadas «ao interesse do rei e da rainha» e o escravo é consagrado, depois da sua libertação, a uma divindade. Serápis no primeiro caso, a deusa indígena Nanaia no segundo. — No édio de Antóco III em Laodiceia, cf. *Hyfrn*, pág. 201.

<sup>3</sup> O urbanismo hipodâmico apareceu cerca de 480. A tradição liga-o ao nome de Hipódamo de Mileto, um filósofo (piagórico?) que de facto parece ter sintetizado as pesquisas anteriores efectuadas especialmente nas cidades coloniais. Está fundado em dois princípios novos:

1) as ruas cortam-se em ângulo recto, o que produz uma disposição em tabuleiro de xadrez, sem que, aliás, existam dois eixos principais, como virá a ser o caso nas criações romanas;

2) o plano quer-se funcional e reserva, por exemplo, bairros especiais no porto, nos edifícios públicos, no habitat.

Uma primeira zona de urbanização é constituída pela antiga Mesopotâmia, com Antioquia-Edessa, Antioquia-Nisibis, Doura-Europos, Seleucia do Tigre, Babilónia. Destas cidades a que é melhor conhecida, graças a belas campanhas de escavações, é Doura-Europos, na margem direita do Eufrates, criação de Seleuco I. Cidadela que guarda a passagem do rio e centro comercial de primeira ordem, a cidade está construída como um tabuleiro de xadrez em torno de um vasto ângulo. As suas instituições são gregas, com uma *boule*, um estratego, tesoureiros, *synoi* encarregados do reabastecimento de trigo, mas o rei exerce a sua vigilância através de um epistates. Os cidadãos têm *kléroi* (lotes de terra) que, são trabalhados por indígenas. Mas, ao lado dos templos dedicados a deuses gregos (Zeus Mégistos<sup>4</sup>, Apolo e Ártemis), os santuários de divindades locais são numerosos e a arte é um bom testemunho da predominância rápida dos elementos orientais. Em todo o caso, a prosperidade económica é grande e o desenvolvimento de Doura será contínuo, para além da ocupação pártica, durante a época romana.

As mais belas criações seléucidas situam-se, no entanto, na Síria, que aliás se torna o centro do reino depois da sua diminuição sucessiva. Contam sobretudo quatro localidades: dois portos, Seleucia de Péria e Laodiceia (Latakia), duas cidades no Oronte, Antioquia e Apaneia.

Antioquia está situada na margem esquerda do Oronte, a 22 km da foz, num vale rico, cuja largura nesse sítio é de cerca de 40 km e cuja fertilidade do solo e abundância de precipitações permitiram transformar num vasto jardim. O Oronte, navegável até ao mar, é ladeado por uma estrada que noutra sentido, permite atingir por meio de caravanas a Ásia anterior.

A cidade, fundada em 300 por Seleuco I para 10 000 colonos, atinge um desenvolvimento considerável. No fim do período helenístico, ela agrupa, sem contar com os grandes subúrbios indígenas, 300 000 a 400 000 habitantes, repartidos por quatro bairros: dois junto do rio e que datam da fundação, um terceiro, Néópolis, numa ilha do Oronte, anexada por Antóco III o Grande, um quarto nas primeiras encostas do monte Sílpios, obra de Antioco IV Epifânico que manda também cercar a cidade de muralhas. O plano está feito segundo as normas vulgares do urbanismo helenístico: uma grande via segue paralelamente ao rio e é cortada por ruas em ângulos rectos.

<sup>4</sup> Muito grande.

As instituições de Antioquia são as de uma *polis*, com *boule* e arcortes. Muitos Gregos vieram juntar-se aos colonos macedônicos de Seleuco I e o elemento indígena é importante: numerosos Sírios naturalmente, que se helenizam rapidamente, e Judeus, agrupados num *ghetto*. Metrópole cosmopolita de ruas cheias de vida, com uma indústria têxtil florescente, e capital do reino selucida, Antioquia é uma das cidades mais prósperas e mais animadas do Oriente helenístico. Mas, apesar dos esforços de alguns dos seus reis (Antioco III e Antioco IX procuram ambos estabelecer aí um Museu e uma Biblioteca) e ainda que aí se trabalhem os metais preciosos, ela não pode rivalizar nem com Alexandria nem com Pérgamo como centro literário e artístico. O seu destino é ser uma cidade levantina, cuja incomparável riqueza e propensão para o luxo e para os prazeres virão a ser confirmados na época romana.

### Pérgamo a Atília

O destino de Pérgamo é completamente diferente. A capital dos Atíldas ergue-se a 30 km da costa, sobre um esporão formado por dois afluentes do Calcos, o Selanunte e o Cétios: esta para-forma de traquite, com 335 m de altura, constitui um sítio admirável, mas difícil de organizar para a construção, por causa precisamente da sua altura. Os arquitectos conseguem resolver a situação sobrepondo três cidades, ligadas umas às outras por escadas, com mirantes e terraços que suportam pórticos de dois andares, e testemunham um gosto novo pelo pitoresco e que se adaptam perfeitamente à paisagem (fig. 5)<sup>5</sup>.

A cidade alta, a mais importante, aquela onde se concentram as funções políticas e administrativas, possui uma ágora dupla, delimitada por um templo de Dioniso. Na plataforma superior fica o grande altar de Zeus e de Atena, um dos mais notáveis edifícios tanto pelas suas dimensões colossais como pela beleza romântica da decoração esculpida<sup>6</sup>, o santuário de Atena Poliade, delimitado por dois pórticos e dominando soberbamente o vale do Selanunte (com o seu templo dórico de sobria decoração), a Biblioteca e, mesmo no alto, o palácio e um vasto arsenal. Num nível um pouco inferior, fica o teatro, dominando ele próprio um longo terraço em cuja extremidade se ergue o pequeno templo jónico de Dioniso.

Na cidade do meio encontra-se um magnífico ginásio, talvez o mais belo do mundo helenístico, disposto em vários planos

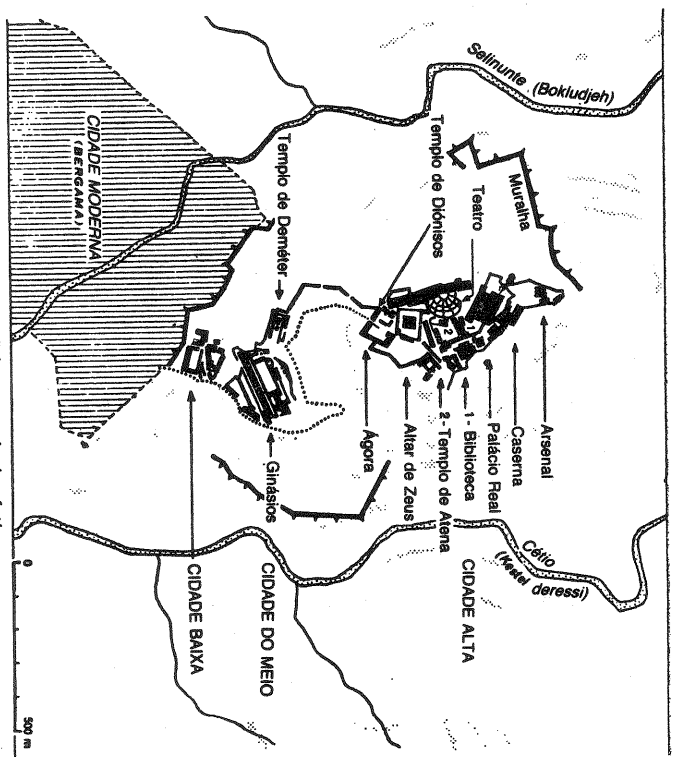


Fig. 5. — Pérgamo helenística

sobrepostos unidos por grupos de escadas e de passagens subterrâneas, e também os templos de Deméter e de Hera Basileia (Rainha) separados pelo Pritaneu. A cidade baixa, à volta de uma ágora espaçosa delimitada por uma série de colunas de dois andares, constitui o centro comercial. O produto final é uma cidade admiravelmente bem conseguida, edificada para rivalizar com Atenas e onde tantas inspirações novas surgiram. «O que é que há de comum entre os troféus com que Roma marca o mundo e a paixão com que os helenísticos fizeram do vasto sítio de Pérgamo uma arquitectura que se desprende do horizonte até aos deuses?» (A. Malraux).

Este sucesso explica-se pelas actividades múltiplas, de que Pérgamo se tornou o centro, e pela vontade dos Atíldas. Não é o comércio que explica o seu desenvolvimento, pois fica situada demasiado longe das grandes vias que se dirigem para a Alta Ásia. Mas ela é o centro de um território rico (trigo, oliveiras, vinhas) e faz-se aí uma criação de gado científica com selecção de espécies. Possui também uma indústria diferenciada: perfumes, panos finos, pergamínio (cujo próprio nome faz pensar no nome

<sup>5</sup> Sobre o urbanismo de Pérgamo, cf. *infra*, pág. 130.  
<sup>6</sup> Cf. *infra*, pág. 128 e pág. 136.

da cidade). Para além disso, Pérgamo é a capital de um Estado que, não tendo as grandes dimensões dos reinos helenísticos, é certamente um dos mais bem administrados e dos mais ricos.

A ambição dos Atálidas é também fazerem de Pérgamo a Atenas do mundo helenístico. A sua Biblioteca rivaliza com a de Alexandria; o palácio real encerra um verdadeiro museu de escultura, onde nasce, sem dúvida, a crítica de arte. A sua escola de retores, os seus ateliers de escultores, amigos do patético e do efeito (v. *infra*, pág. 136), são célebres com toda a justiça, assim como os seus artistas dionisiacos, também eles protegidos pelos soberanos, graças aos quais a cidade se torna o principal centro da arte dramática. A mais bela homenagem a Pérgamo é talvez a de Plínio-o-Velho (33, 149): «A partir da morte de Atalo (o soberano que legou os seus Estados aos Romanos), os Romanos começaram a gostar, e não só a admirar, dos esplendores estrangeiros.» Pérgamo, escola de Roma, corresponde a Atenas, escola da Grécia.

### Alexandria do Egipto

«Tudo o que pode existir ou produzir-se na terra, encontra-se no Egipto: fortuna, desporto, poder, céu azul, glória, espectáculos, filósofos, ouro fino, lindos rapazes, templo dos deuses adelfos, o rei que é tão bom, Museu, vinho, todas as coisas boas que podem desejar-se, e mulheres, tantas mulheres...» Este é o discurso confuso, mas verdadeiro, de uma velha alcoviteira no *Mimo* 1 de Herondas (26 e seg.). De facto, a cidade fundada peça a peça por Alexandre, no lugar de uma aldeia de pescadores, Racóctis, resume todos os esplendores do Oriente.

### A CIDADE E O PORTO

A cidade de Alexandria estabeleceu-se a oeste do delta, no istmo entre o mar e o lago Mareóctis, perto do braço Canópico do Nilo: sítio salubre, mesmo no Verão, por causa dos ventos etésios. O porto, protegido pela ilha de Faros, fica relativamente ao abrigo das grandes tempestades (fig. 6).

A cidade antiga é mal conhecida, por causa do aluimento que se escondem sob as águas. Sabe-se, no entanto, que ela tem uma forma alongada (à de uma clâmide, segundo Estrabão) e que o seu perímetro é de mais de 15 km. O plano, desenhado pelo rôdio Demócrites, é hipodâmico. Duas vias principais, de grande largura (30 m), cruzam-se em ângulos rectos. Está dividida em cinco bairros, que têm o nome das cinco primeiras letras do alfabeto. Entre os monumentos mais importantes, destacam-se o ginásio com

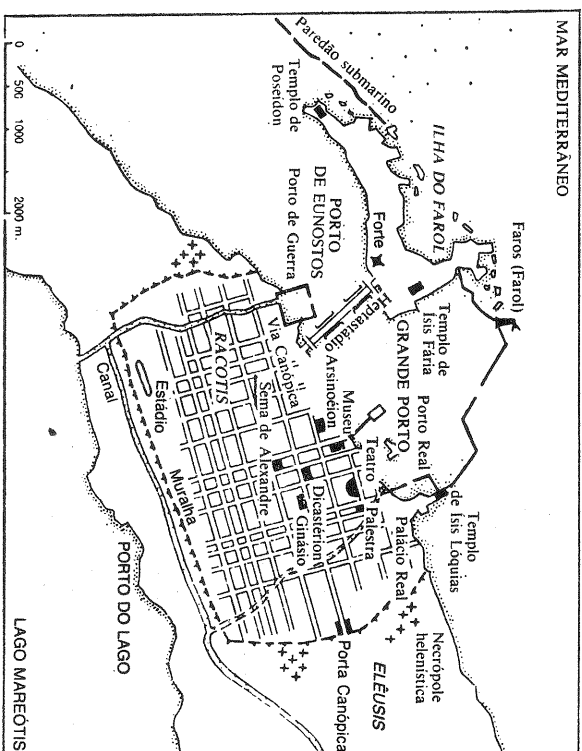


Fig. 6. — Alexandria helenística

as suas magníficas colunatas, *dicastérion* (tribunal), o *Séma* ou túmulo de Alexandre, isolado da cidade por um grande muro. O palácio por si só ocupa um quarto de Alexandria, mas não se assemelha em nada aos conjuntos monumentais das mansões faraónicas: com as suas construções ligeiras, os seus jardins, o Museu, a Biblioteca, o Teatro, forma Neápolis, a Cidade nova.

O porto está dividido em dois pelo paredão ou Heptastádio, que liga a ilha de Faros à terra firme. A leste existe o grande porto que recebe o essencial do tráfego e que tem uma parte reservada a porto real; a oeste, o Eunostos (Bom regresso) com o porto de guerra, bacia artificial que comunica com o lago Mareóctis. A meio da ilha, fica o Farol, obra de Sóstrato de Cido, com três andares sobrepostos (110 m), encimados por uma lanterna onde um jogo de espelhos convexos reflecte a luz de uma fogueira de madeiras resinosas.

No populoso bairro egípcio de Racóctis, as ruas são mais estreitas. Há lá que se ergue o Serapéion. Além disso, a cidade depressa ultrapassou o perímetro inicial. A leste situa-se o subúrbio de Eléusis, com o estádio, o hipódromo e um cemitério; a oeste, a necrópole principal e, ao longo do canal que liga Alexandria a Canopo belos jardins e sumptuosas mansões onde, seguindo o testemunho de Estrabão, se leva uma vida alegre.

A preocupação com o conforto e a limpeza é levada muito longe: a água é distribuída através de uma estreita rede de canalizações ligada ao canal que traz a água do Nilo.

#### UM TURBILHÃO COSMOPOLITA

A cidade oferece um dos espectáculos mais cosmopolitas de todo o Oriente grego. Segundo Estrabão tem mais de um milhão de habitantes. Ai se acotovellam todas as nações: Gregos, Egípcios, Sírios e, a partir de certa data, Itálicos. Só por si os Judeus ocupam dois quintos: as suas violentas disputas com os Gregos trazem muitas vezes perturbações graves que se prolongarão até à época romana.

A cidade administra-se a si própria, pelo menos aparentemente. Conhecem-se através das inscrições das assembleias: a *boulé*, criada por Alexandre e suprimida pouco tempo depois, a *ekklésia*, organizada segundo o sistema ateniense, com tribos, frações e demos. O magistrado mais importante parece ser o ginasarca, que aparece como o representante dos cidadãos e o defensor das liberdades republicanas. De facto, numa cidade que é também capital de um reino fortemente centralizado e residência real, a autonomia é mais fáchada que realidade: os funcionários reais imiscuem-se nos assuntos municipais, nomeadamente o «chefe da guarda de noite», titular de um cargo muito pouco conhecido, mas indubitavelmente próximo do que irá ocupar em Roma o prefeito dos vigíles.

A vida é animada, barulhenta, frenética. As perturbações de Alexandria cantadas pelos poetas vão servir de modelo aos satíricos que evocarão as de Roma e depois as de Paris. Praticam-se todos os prazeres, mesmo os menos inocentes. «Afrodite está ali como em casa» diz Herondas (I, 26). Como não é difícil esconder-se na cidade, muitos camponeses que fogem aos pesos da vida rural refugiam-se lá (v. *infra*, pág. 88). O povo é turbulento: o seu espírito de rebellião teve muitas vezes ocasião de se manifestar durante as querelas dinásticas do século II, tal como durante a intervenção de Júlio César<sup>7</sup>.

#### AS FUNÇÕES DE ALEXANDRIA

Alexandria é praticamente a única cidade do Egipto, pois não são de ter em conta as duas cidades que têm também estatuto de *pólis*, a velha Náucratis e Ptolemais, fundada por Soter.

<sup>7</sup> Os tumultos remontam a 203, quando a população lincha os maus conselheiros de Filopator.

São três os factores que explicam um desenvolvimento único na história do mundo grego. Em primeiro lugar é o centro político do reino lágida e dá abrigo à enorme burocracia que administra o Egipto.

Em segundo lugar é o centro de uma actividade económica intensa. As manufacturas fabricam vasos de terracota ou de metal, tecidos finos, papel (a partir do papiro), perfumes. Das suas oficinas saem artigos de luxo de grande nomeada no mundo inteiro (v. *infra*, pág. 141). Alexandria é além disso o único verdadeiro porto do Egipto no Mediterrâneo, e portanto a sua única ligação com os outros reinos helenísticos e mais tarde com Roma<sup>8</sup>. Porto de importação para a madeira, os metais, o mármore — produtos que faltam — e para o azeite e vinhos finos. Porto de exportação sobretudo para o trigo, o papiro, tecidos ou musselinas de linho, os perfumes, os «artigos de Alexandria». Porto de trânsito enfim que reexpede para todo o Mediterrâneo as mercadorias que vêm da África profunda (marfim, ouro, plumas de avestruz, escravos negros, animais selvagens) ou da Arábia e da Índia (especiarias, aromas, perfumes e sedas). Estas mercadorias chegam a Alexandria pelo canal de Neceu ou pelas pistas e pelo Nilo (v. *infra*, pág. 193 e seg.) ou pelo mar desde Gaza (v. *infra*, pág. 198). A importância do tráfego marítimo e fluvial — com transbordo de carga em Alexandria — explica o desenvolvimento dos seus estaleiros navais.

Enfim, teremos ocasião de verificar que Alexandria é um dos centros culturais mais vivos do mundo grego. O seu brilho é tal, que durante muito tempo se chamou — erradamente — alexandino a tudo o que é helenístico. Graças ao mecenato dos príncipes esclarecidos, graças aos grandes legados que eles deixaram à cidade, vê-se, durante mais de um século, Alexandria à cabeça do novo helenismo, nascido da epopeia do seu fundador. Os seus poetas, sábios, eruditos, escultores e toreruas ilustram o século III. Depois, assiste-se a um declínio não desprovido de encanto...

Mas esta situação brilhante coloca-se à margem do Egipto. A fórmula latina *Alexandria ad Aegyptum*, «Alexandria ao pé do Egipto», ilustra uma realidade válida também para a época ptolomaca. A grande cidade que se assemelha — para melhor — às outras cidades helenísticas é a capital de um reino que, na *chorá*, continua a sua existência imemorial e imutável. Esta é, no fundo, a verdadeira fraqueza de Alexandria e daqueles que presidiram ao seu

<sup>8</sup> As suas relações são universais: o século III faz comércio sobretudo com a Grécia, o arquipelago, a Ásia Menor, a Síria e a Fenícia, Chipre, a Sicília, o Mar Vermelho, o Ponto. Apesar da crise do século II estende a sua clientela a Cartago (até 146), à Campânia e a Roma.

desenvolvimento: obnubilados pelas formas especificamente gregas do Estado, conseguiram criar uma *polis* grande, bela, próspera, mas sem a integrar na vida do reino, no qual ela se encontra como se estivesse colada.

### Mercantilismo capitalista e dirigismo de estado

A vida económica sofre uma transformação radical. A Grécia deixou de desempenhar o papel central e dominador que tivera durante séculos e que tinha começado a perder a partir do século IV; apenas duas praças insulares (Rodes e depois Delos) e Corinto têm ainda uma importância internacional. Todas as actividades tendem a concentrar-se na Ásia Menor, na Síria e no Egipto.

### As trocas internacionais

Isto quer dizer que a economia de tipo colonial que, durante tanto tempo tinha prevalecido, desaparece; salvo no Extremo Ocidente e no Ponto, agora já não se trata de fazer escoar os produtos gregos para as regiões subdesenvolvidas. Inversamente surgem dois novos tipos de trocas.

Por um lado, o comércio dos reinos helenísticos entre eles ou com a Grécia é activo. Assenta primeiro nos produtos alimentares (o Egipto, em especial, é um grande exportador de trigo; inversamente, os Gregos do Oriente continuam gulosos de bom vinho, que continua a vir da Grécia ou da Anatólia, e de azeite; os papiros informam-nos mesmo de alguns negócios mais especializados, como o das avelãs do Ponto) e nas matérias-primas (madeiras, resinas, metais). Em segundo lugar, circulam produtos manufacturados de boa qualidade: cerâmica dita megárica, vasos metálicos, bronzes de arte, ex-votos e jóias, tecidos e tapetes de luxo (tudo o que é produção corrente é a partir de agora fabricado por toda a parte com o desenvolvimento das indústrias de base). Por fim, o tráfico de escravos é considerável.

Por outro lado, a conquista do Oriente permite a chegada ao Mediterrâneo de produtos originários da África profunda, da Arábia, da Índia: marfim, especiarias, incenso e perfumes, pérolas e pedras raras, madeiras preciosas... A importância dos portos sírios e de Alexandria explica-se em grande parte porque é aí que terminam as vias terrestres ou marítimas através das quais esses produtos são transportados. A compra destas mercadorias de grande luxo provoca o deficit da balança comercial, o que está na origem de uma hemorragia de ouro e de prata que irá durar

até ao fim do Império romano. Teremos ocasião de reencontrar este tráfico longínquo, simultaneamente causa e consequência da abertura do mundo helenístico a regiões que a Grécia clássica conheceu mal e durante pouco tempo.

É certo que nem todas as condições são favoráveis ao desenvolvimento do tráfico. As guerras devastam os reinos helenísticos; a pirataria, sobretudo no século I, é um mal difícil de refrear. Os Gregos possuem concorrentes com os quais têm de partilhar os lucros. O comércio com a Índia presuppõe intermediários: por mar, os Árabes; por terra, os Partos, depois da constituição de uma Pártia independente. Até no Mediterrâneo os Gregos têm rivais ousados e empreendedores: Cartago conhece um novo impulso, depois do recuo efectuado durante a época clássica; Roma interessa-se cada vez mais pelo Oriente e, se as grandes necessidades de produtos de luxo que nascem na Itália com a nova avidez da *nobilitas* e da ordem equestre, suscitam trocas, essas necessidades são sobretudo proveitosas para os *negotiatores* italianos, cada vez mais arrogantes e seguros de si, à medida que Roma aumenta o seu ascendente sobre o mundo.

No entanto, o notável desenvolvimento económico que caracteriza a época explica-se por um conjunto de factores convergentes. As técnicas de navegação aperfeiçoam-se. Melhoram-se ou aumentam-se excelentes portos comerciais. Os soberanos prestam grande atenção às estradas e canais. Por toda a parte se verifica um esforço inteligente, na linha dos Grandes Reis e de Alexandre, para dar ao Egipto e à Ásia a infra-estrutura económica necessária ao grande comércio.

A procura é considerável. Não se trata apenas de factores constantes, e que subsistem, tal como a necessidade que têm de se reabastecer, ou o Egipto de adquirir madeira e ferro. A estas necessidades vitais juntam-se outras, nascidas da sofisticação de uma civilização que não se quer privar nem de nenhum prazer nem de nenhum luxo. Os reis gastam sem preocupações para manterem a corte e em festas que para eles são quase uma obrigação, visto que lhes conferem prestígio. Existe uma burguesia rica e esclarecida que gosta do fausto e que já não seria capaz de se contentar com a vida austera dos Gregos do século V. Não conseguem passar sem o que, noutros lugares, é apetecível ou sumptuoso. O próprio Mediterrâneo é demasiado pequeno para as suas ambições; tanto a África negra como a Índia têm o que eles precisam para embelezar palácios ou mansões, para adornarem as suas próprias pessoas, para darem ao quotidiano o picante do exotismo.

Além disso, existem condições de técnica económica que facilitam as trocas: extensão da economia monetária e desenvolvimento da banca. O uso da moeda generaliza-se, mesmo entre os povos bárbaros: Árabes, Partos, Trácios, Celtas, Iberos, Romanos. O caso mais interessante é o do Egipto, que até então tinha vivido fora da economia monetária, embora aí circulassem moedas gregas (sobretudo atenienses), dárlicos e até moedas cunhadas pelas últimas dinastias nacionais para pagarem aos mercenários. Depois de Alexandre, Soter emite com a sua effigie, a partir de 309, as primeiras moedas reais lágidas: estateras de ouro, tetradracmas de prata e óbolos de cobre, exemplo que será seguido por todos os seus sucessores. Apesar da economia natural continuar viva em alguns sectores, como iremos verificar, o Egipto sai finalmente da idade da troca.<sup>9</sup>

A quantidade de metal precioso que é necessária para a cunhagem é considerável, de tal maneira que se manifesta um certo esgotamento no final do período, num momento em que, de resto, pillagens, multas e comércio fazem affuir à Itália uma grande parte da moeda dos reinos gregos. O monometalismo-prata continua a ser a regra, mas os sucessores de Alexandre não sabem continuar fiéis à unidade monetária que ele tinha instituído: Enquanto os Selúcidas, os Antígónidas e os Atálidas conservam o padrão ático, Rodas e os Lágidas adoptam um padrão mais leve, que é o mesmo que o padrão fenício de Cartago.

As diferentes moedas circulam livremente, excepto no Egipto, onde Filadelfo proíbe o uso de moedas estrangeiras. Uma das primeiras actividades dos bancos, que adquirirem, então, um desenvolvimento inacreditável, é o câmbio. Também emprestam a uma taxa que geralmente é de 10% (em Rodas ou em Delfos, por exemplo, que são os primeiros centros bancários), enquanto essa mesma taxa atinge 24% no Egipto. Os bancos administram as contas dos seus clientes e as letras, o cheque e talvez a transferência tornam-se prática corrente.

Ao lado dos bancos privados, frequentemente nas mãos de Atenienses expatriados (Athenas, efectivamente, tinha tido um grande

<sup>9</sup> Notemos no entanto que no Egipto as manipulações monetárias (V. *supra*, pág. 40) têm tendência a, em breve, separarem o país do mundo mediterrânico. Nos séculos III e II as moedas de ouro e de prata já não têm teor uniforme; tornam-se um objecto precioso e deixam de ser um simples símbolo fiduciário. Passam a ser substituídas por moedas de cobre cujo valor, aliás, diminui gradualmente.

avanço neste domínio a partir do fim do século V), existem bancos de cidade, por exemplo em Milero. Nos templos também se desenvolvem instituições bancárias, segundo uma velhíssima tradição, visto que era o clero dos grandes santuários quem tinha tido a ideia de fazer fructificar o dinheiro dos depósitos sagrados, os mais famosos são na Anatólia (em Eféso ou em Sardes) e em Delos, mas, assim que os sacerdotes do Egipto recuperaram a sua autonomia relativamente ao rei, lançam-se por sua vez numa via tão fecunda para obter lucros<sup>10</sup>.

Os Lágidas criam também bancos de Estado, cujo monopólio está arrendado. O seu papel é duplo: por um lado, effectuam para os particulares as mesmas operações que os bancos privados; por outro, recebem regularmente as receitas do imposto das caixas públicas, ficando o contrator com o encargo de fazer render o dinheiro do rei, e operam os pagamentos públicos. Os papíros permitem medir a implantação profunda do sistema bancário no Egipto lágida; seja grego ou egípcio, o artesanão e o traficante recorrem aos seus serviços para effectuarem todas as suas transacções.

A mais profunda razão do desenvolvimento de um vasto negócio internacional deve ser procurada no advento definitivo de uma grande burguesia capitalista, à qual pertencem banqueiros e administradores gerais, mas também armadores e comerciantes. Muitas vezes os traficantes associam-se, como se vê com nitidez especialmente em Delos. Por vezes são suficientemente poderosos para agirem sozinhos, tal como Apolónio, diceeta de Filadelfo, que faz comércio no Oriente em grande escala e explora no Faímum uma propriedade-piloto (V. *infra*, pág. 79). Assim, os mais dinâmicos dos Gregos expatriados realizam no Oriente extraordinárias fortunas, bem depressa imitados pelos Sirios e até pelos Egípcios, em seguida pelos *negotatores* italianos que vão cada vez mais aproveitar a predominância política de Roma para se imporem como os senhores do tráfego comercial.

#### O dirigismo da agricultura

O grande comércio é, deste modo, do domínio da iniciativa privada, que parece ter tanto êxito quanto mais ousada é. A vida rural oferece-nos o quadro antitético de um mundo que evolui pouco e onde o Estado exerce um verdadeiro dirigismo<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> No século III, pelo contrário, os bens dos templos são administrados pelo Estado e o seu dinheiro é confiado a banqueiros para que o façam render.

<sup>11</sup> As recentes pesquisas provam que o dirigismo ao serviço da fiscoalidade, tão nítido no século III, atenua-se no século II.

Sem prejuízo para outros factores capitais que iremos analisar, os soberanos são forçados a ocuparem-se atentamente da terra por-que a conquista conferiu-lhes o direito eminente, que antes deles era possuído pelos faraós ou pelos Aqueménidas. Portanto, a maior parte da terra pertence ao rei, é a «terra do rei» (*hariké gô*), arrendada por contrato a «camponeses do rei». Eles cultivam-na mediante uma renda que, com os impostos, pode atingir metade da colheita.

No entanto nem toda a terra do reino é do rei. Por um lado, o rei concede uma parte dela a colectividades ou a indivíduos. Do primeiro grupo fazem parte as cidades (o que não é válido para os Lágidas, que, por assim dizer, não fundaram nenhuma) e os templos, que vêem confirmadas as suas anteriores possessões ou mesmo que recebem novos domínios; na Ásia Menor existem verdadeiros Estados sacerdotais em volta de santuários como os de Pessinunte ou de Comana<sup>12</sup>, detentores de uma grande riqueza em terras; acontece o mesmo fenómeno no Egipto onde os últimos Lágidas aumentam, aliás consideravelmente, os bens do clero para tentarem assegurar-se dos seus favores. Do segundo grupo fazem parte os soldados que o rei tenta atrair graças à instituição da clérquica (v. *infra*, pág. 96), ou grandes funcionários que recebem, como prova da satisfação do rei, doações ou *dorrei*, das quais a mais bem conhecida é a de Apolónio no Faium.

Por outro lado, existe uma propriedade privada a qual, pelo menos através dos textos do Alto Egipto, é tida como nitidamente anterior à implantação dos Gregos. Ela desenvolve-se de duas maneiras: o rei vende uma parte da terra que lhe pertence para obter dinheiro, trata-se de um expediente demasiadas vezes utilizado pelos Selêucidas que diminuíam deste modo notavelmente o seu domínio; ou então concede arrendamentos enfiteuticos, que na prática equivalem a uma venda, quando se trata de terras muito ingratas que foram recuperadas ao deserto ou de domínios valorizados, tais como vinhas ou pomares, que não se prestam, evidentemente, ao contrato anual da terra do rei.

Feitas estas reservas, os reis gregos dos reinos orientais herdaram um regime da terra que os coloca na posse de uma parte considerável do solo. Como é que eles o exploram. É isso que o exemplo do Egipto, bem conhecido graças a numerosos papiros, nos vai mostrar.

<sup>12</sup> Santuários anatolios de Grandes-Mães asiáticas, Cbele em Pessinunte, Ênio-Ma em Comana.

## O CASO DO EGIPTO:

### 1. FACTORES NOVOS E FACTORES ANTIGOS

No Egipto o essencial da riqueza provém da terra. Ora, aqui mais do que em qualquer outra parte, organizar o trabalho por causa das cheias anuais trata-se de uma necessidade. Para além disso, o solo deve agora alimentar os recém-chegados, administradores, soldados ou comerciantes, que não produzem a sua subsistência. Portanto, é necessário dirigir o esforço do camponês para o forçar a produzir mais.

O problema é ainda mais complexo. O Egipto tinha vivido até aí em autarquia, voltado para si próprio. De agora em diante, compra no estrangeiro os produtos necessários para a vida dos Gregos que aí habitam, e em especial para a vida do rei e da corte. Até então o Egipto tinha vivido fora da economia monetária. De agora em diante os reis precisam de dinheiro para pagar os serviços de todos aqueles que os auxiliam: mercenários, técnicos, administradores. É necessário, portanto, que as exportações sejam muito superiores às importações. Ora, estas exportações, à excepção de certas mercadorias originárias da África profunda ou do Oriente longínquo que transitam através do Egipto, são antes de mais nada constituídas por produtos agrícolas, seja directa (antes do mais, o trigo, que existe em grande quantidade no Egipto e que falta grandemente no mundo grego), seja indirectamente, quando se trata de produtos manufacturados cuja matéria-prima é fornecida pelo solo (papiro, tecidos de linho).

Trata-se portanto de uma necessidade para o soberano o organizar a produção agrícola, fazer produzir ao máximo a terra do Egipto é o único meio de que dispõe para enriquecer, isto é, para poder regular as importações e pagar os soldos e o tratamento àqueles que o servem.

Esta necessidade é imediatamente compreendida. Para aumentar a produção, os Lágidas podem aproveitar a experiência já milenar do Egipto faraónico. O vale do Nilo estava, desde tempos imemoriais, habituado a uma economia estritamente dirigida pelo faraó; já estava instalado todo um sistema de recenseamento dos homens e das terras e de estatísticas, absolutamente indispensável para quem quisesse planificar de modo autoritário. Os Ptolomeus só têm, portanto, que utilizar os quadros preestabelecidos, mantendo a infra-estrutura administrativa da região baixa.

### 2. MONOPÓLIOS E FISCO

No entanto, o sistema é, em certa medida, difícil de determinar, alterado pela grande novidade que representa a introdução defini-